

O EMPRESARIADO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE AÇÕES DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA

Camila Maria Bortot  0000-0002-9355-8876
Elisângela Alves da Silva Scaf  0000-0002-7682-0879
Universidade Federal do Paraná

RESUMO: O presente artigo objetiva apreender a construção de uma agenda acerca da qualidade para a Educação Infantil representado pelo empresariado social. Nesse movimento, o ideário da Nova Gestão Pública se destaca e o diálogo com o Terceiro Setor se aprofunda, evidenciando a predominância de parcerias público-privadas como forma de privatização no contexto da educação infantil brasileira. Entre os sujeitos que tem protagonizado o debate na Educação Infantil no empresariado social, selecionamos para análise a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), Fundação esta que se encontra inserida em convênios com municípios, orientações sobre negócios de impacto na área da Infância, organização de estudos sobre boas práticas, organização curricular, orientações

intersetoriais, elaboração de políticas, orientando o debate de qualidade pautado em eficiência e eficácia ajustado à produção de capital humano. Constatamos assim que a FMCSV atua no âmbito da privatização exógena e endógena, disseminando receituários de educação, concebidos a partir dos princípios da eficiência e da eficácia, como oportunidades de lucro imediato por meio do investimento na mão de obra futura – pela característica do negócio de impacto na infância, alinhado a uma agenda global, em que o fazer político se articula ao fazer econômico sob nova roupagem, por meio do empresariado social, em uma agenda de descentralização, influência ideológica e privatização dos serviços públicos da educação infantil brasileira.

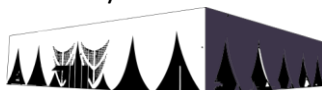
PALAVRAS-CHAVE: Políticas para Educação Infantil; Empresariado Social; Qualidade; FMCSV.

SOCIAL ENTREPRENEURSHIP IN CONSTRUCTION OF A QUALITY ACTION SCHEDULE FOR BRAZILIAN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

ABSTRACT: This article aims to analyze the construction of a schedule about quality for early childhood education represented by social entrepreneurship. In this movement, the ideas of the New Public Management stands out and the dialogue with the third sector deepens, highlighting the predominance of public-private partnerships as a form of privatization in the context of Brazilian early childhood education. Among the subjects that have been leading the debate in early childhood education in social entrepreneurship, we selected for analysis the Maria Cecília Souto Vidigal Foundation (FMCSV), which is part of agreements with municipalities, guidance on impact business in the area of early childhood, organization of studies on good practices, curriculum

organization, intersectoral guidelines, policy elaboration, guiding the quality debate based on efficiency and effectiveness adjusted to the production of human capital. Thus, we find that FMCSV operates within the scope of exogenous and endogenous privatization, disseminating education prescriptions, conceived from the principles of efficiency and effectiveness, as opportunities for immediate profit through investment in future labor- by the characteristic of the business impact on childhood, in line with a global schedule, in which political doing is articulated with economic doing under new guise, through social entrepreneurship, in a schedule of decentralization, ideological influence and privatization of public services in Brazilian early childhood education.

KEYWORDS: Policies for Early Childhood Education. Social Entrepreneurship. Quality. FMCSV.



1 INTRODUÇÃO

Ao final do século XX, adquiriu vulto o debate sobre a qualidade da educação, no âmbito das Reformas Gerenciais implantadas sob o argumento da eficiência e da eficácia educacional, compreendidas na perspectiva do cumprimento de metas de desempenho e especificação de padrões e indicadores. Este processo implicou também, em grande medida, na redefinição da relação da esfera estatal com as organizações da sociedade civil, pela qual tem sido cada vez mais incrementadas as relações público-privadas nas políticas públicas perpetradas pelos países da América Latina. No Brasil, a redefinição das relações público-privadas teve seu marco principal nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), nos quais se operou uma ampla reforma no aparelho do Estado.

Tal reforma reforça a privatização dos serviços públicos em suas diversas formas, pelas quais a gestão pública é descentralizada para a sociedade civil, que passa a dividir com o governo “as tarefas de controle” (BRESSER PEREIRA, 2006, p. 34).

As entidades públicas não estatais foram amplamente estimuladas a partir dos anos 1990, com o advento das parcerias público-privadas, entre o Estado e as entidades do Terceiro Setor, que se qualificaram juridicamente como entidades de direito privado sem fins lucrativos e passaram a receber o título de OS ou OSCIP, definidas respectivamente pela lei 9.637/98 e a lei 9.790/99 (PIRES, 2015), hoje conceituadas como empresariado social ligado ao Terceiro Setor.

A partir dos anos 2000 esses processos se intensificam, sobretudo, na concepção de gestão para a qualidade total, pela qual são propugnados novos padrões de sociabilidade que envolvem desde coletivos sociais às organizações e fundações ligadas ao Terceiro Setor, na busca da Nova Gestão Pública (NGP) (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009). Nesse processo, as Organizações do Terceiro Setor, sejam elas OS ou OSCIP, passam a desempenhar papel preponderante na elaboração e execução de políticas educacionais para o atendimento educacional.



No caso da Educação Infantil as relações entre o público e o privado vêm se inserindo de forma profícua nos últimos anos, seja no atendimento conveniado e/ou na influência no debate, nos convênios com o Estado e seus entes federados e documentos por esses grupos produzidos. Grupos ligados a esses arranjos têm se constituído como produtores de conhecimento nesta etapa da educação e incidido sobre os rumos das políticas educacionais (KRAWCZYKY, 2009).

Nesse sentido, o presente artigo busca apreender a construção de uma agenda acerca da qualidade para a Educação Infantil representado pelo empresariado social. A pesquisa foi desenvolvida por meio de um estudo bibliográfico e documental, por meio de levantamento na literatura sobre o conceito de qualidade, discutida no primeiro momento, e, como o setor empresarial vem se organizando e disseminando práticas e orientações sobre qualidade. Toma-se como sujeito representante do setor empresarial a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), pelo seu protagonismo nas ações e anunciações para a Educação Infantil brasileira, mas que tem influência nas redes sociais globais, sobretudo norte-americana.

2 APONTAMENTOS SOBRE A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A qualidade é um termo complexo e polissêmico, construído socialmente, que considera o ambiente histórico e cultural no qual se insere inserido, e, enquanto princípio deve ser utilizado em sua perspectiva maximizadora:

Podemos então concluir que a adoção de perspectiva maximizadora sobre o princípio da qualidade do ensino significa não excluir previamente essa dimensão do âmbito de proteção imediato do direito à educação – normalmente identificado à luta por acesso –, e não limitar o conteúdo jurídico desse princípio a aspectos considerados mínimos ou a apenas algumas de suas dimensões, escolhidas por razões de pragmatismo técnico ou governamental, por interesse de atores privados ou apoiadas no mero senso comum (XIMENES, 2014, p. 431).

Arelado à perspectiva maximizadora do Direito à Educação de Qualidade, Ximenes (2014) estabeleceu sete dimensões de parâmetros que devem ser considerados para a qualidade: aos estudantes, ao ambiente escolar, às condições de infraestrutura e insumos básicos, aos conteúdos, aos processos

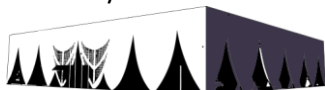


educacionais, aos resultados e ao financiamento público. O autor destaca a importância da “estruturação de um sistema amplo de indicadores de realização, que venha a substituir os enfoques reducionistas que sobrevalorizam resultados padronizados em detrimento da maior parte dos demais elementos” (XIMENES, 2014, p. 402).

A educação infantil se fundamenta, enquanto princípio o direito público subjetivo, no acesso, permanência e qualidade as instituições de ensino. A Constituição Federal (CF) de 1988, no art. 208, IV, reconhece sua oferta como dever do Estado, cujo atendimento se dá em creches e pré-escolas. A etapa é inscrita no art. 4º, II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), considerada a primeira etapa da educação, visando o desenvolvimento integral das crianças.

Em linhas gerais, ao estabelecer a Educação Infantil como direito das crianças e primeira etapa da Educação Básica, a Constituição Federal de 1988 incorporou ao sistema de ensino as creches e pré-escolas, estabelecendo como dever do Estado e como competência dos municípios o atendimento, com qualidade, das crianças na faixa etária de zero a cinco anos de idade, em colaboração com os estados e a União. Com a EC nº 59/2009, estabeleceu a gratuidade e a obrigatoriedade do atendimento a partir dos quatro anos de idade e as regras para a distribuição de recursos para todas as etapas da Educação Básica, dentre elas a Educação Infantil (BRASIL, 2009).

Um esforço legislativo no sentido de estabelecer padrões exigíveis de qualidade está presente no parecer nº 08/2010 do CNE/CEB (2010), e no Plano Nacional de Educação - PNE (2014), por meio do estabelecimento do custo-aluno-qualidade (CAQ), que leva em consideração a equidade, os insumos, a especificidade da etapa da educação básica, e o custo-aluno-qualidade inicial (CAQi), que representa o padrão mínimo de qualidade ao piso salarial para os professores, a melhoria da infraestrutura das escolas e a garantia de um número de alunos por sala de aula. As iniciativas constantes na Meta 20 do PNE, com o estabelecimento do CAQi e do CAQ, revestem-se de importância na luta pela educação de qualidade, especialmente pelo seu potencial de elevar significativamente os gastos em educação.



O PNE (2014-2024), documento que orienta ações aos planos estaduais e municipais de educação, reafirma algumas regras e princípios dos demais marcos legais em sua Meta 1, que destacamos: monitoramento de ações de acesso e permanência, garantia de atendimento em instituições a partir de parâmetros nacionais de qualidade, articulação da oferta em creches conveniadas com a expansão da oferta na rede direta.

Contudo, a tendência ao conveniamento na Educação Infantil é mais presente na faixa etária de 0 a 3 anos. Atualmente, o Brasil possui 69,7 mil creches, sendo 74,8% delas na zona urbana. A maioria (59,4%) é municipal e 40,4%, privada, sendo que 25% das creches privadas são conveniadas com estados e/ou municípios. A Educação Infantil como um todo, considerando creche e pré-escola, atende 8,7 milhões de alunos (INEP, 2019). A ausência de prioridade ao atendimento educacional das crianças de zero a três anos engendra a construção de alternativas e possibilidades de conveniamento do poder público com instituições privadas, com a proposição das parcerias que podem trazer riscos para a qualidade do atendimento e outros arranjos educativos, visto que não é uma etapa obrigatória.

Ao nos aproximarmos do tema da qualidade na educação, verificamos que diversos sujeitos sociais, sobretudo ligados ao terceiro setor, vêm disseminando suas proposições sobre educação de qualidade. No caso da educação infantil, observamos o protagonismo da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), e, portanto, a próxima parte do texto se debruça a compreender as ações, influências e orientações desta Fundação para a Educação Infantil brasileira.

3 O EMPRESARIADO SOCIAL E A EDUCAÇÃO INFANTIL: EM FOCO A FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL

Nos últimos anos observa-se uma larga “colaboração da sociedade” na organização das políticas educacionais, tanto no que se refere ao voluntariado como à colaboração entre os setores público e privado.

Retomando os princípios desenvolvidos sobre qualidade na Nova Gestão Pública, os conceitos de eficiência e eficácia do mercado ganham espaço no campo educacional com grupos organizados dentro da sociedade civil. Nesse



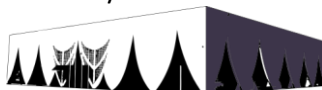
locus, o empresariado se organizou e iniciou o estabelecimento de relações consensuadas junto ao Estado, além de produzir materiais sobre a educação no Brasil, tecendo recomendações para atingir a qualidade.

Percebemos uma produção de relatórios e estudos do Movimento Todos pela Educação (TPE), influente rede de instituições privadas que enunciam e articulam-se a partir de "[...] interesses que seriam comuns, isso para responder a demandas, como, por exemplo, a busca da qualidade da educação ou como forma de tornar mais eficaz a gestão das políticas sociais por meio da otimização dos recursos disponíveis" (SHIROMA, 2015, p. 75), tendo como foco a educação. À medida em que o setor privado de base empresarial é alçado como um dos protagonistas para a melhoria da educação, como promotor de qualidade, assiste-se à integração na agenda educativa de uma pauta de mudanças centradas na transferência da gestão da escola pública para o setor privado.

A formação do TPE pode ser classificada, dentro das diversas frentes de atuação dos parceiros que integram essa ampla rede, por meio da unificação do "conteúdo a ser disseminado como cultura comum no contexto social, sendo que o empresariado, por meio da educação pública, tende a se fortalecer tanto no âmbito da sociedade política e da sociedade civil, como classe dirigente" (SANDRI, 2016, p. 70). Ressaltamos que essa iniciativa materializada na rede de política do TPE não é uma iniciativa exclusivamente brasileira, haja vista que também constitui em conjunto com outros países da América Latina a Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (Reduca).

As redes sociais são conceituadas por Shiroma (2011) como conjunto de pessoas e organizações que se enunciam e articulam-se a partir de interesses que seriam comuns, para responder a demandas, como, por exemplo, a da busca da qualidade da por formas mais eficazes na otimização dos recursos disponíveis.

No âmbito dessa grande rede social, identificamos forte atuação de fundações, Organizações Não-Governamentais (ONG) e outras organizações sociais que recebem notoriedade na formulação de políticas públicas para as crianças pequenas. Esse é o caso da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), parceira do TPE que atua na produção de materiais didáticos/pedagógicos, disseminadores de conhecimentos sobre desenvolvimento infantil, bem como de orientações para uma educação infantil de qualidade. Tem



por missão desenvolver atividades de conscientização da sociedade, mobilização de lideranças, apoio à qualificação da educação infantil e programas de fortalecimento da família e adultos. A organização mantém projetos como intervenções sociais em municípios incentivam a pesquisas, realização de cursos e workshops e elaboração de publicações, entre outras ações, para expandir o conhecimento sobre a importância do desenvolvimento social e econômico na Primeira Infância (FMCSV, 2016).

Dentre instituições governamentais, ministérios, instituições do terceiro setor, a ¹⁰tabela 1 apresenta os parceiros da FMCSV, suas respectivas sedes e contagem total de parceiros, contudo, alertamos que suas áreas de atuação são locais, regionais e globais, no movimento de rede social, anteriormente citado a partir de Shiroma (2011).

Tabela 1 – Parceiros da FMCSV

PAÍS SEDE	INSTITUIÇÃO	N.
Brasil	Governo do Estado de Pernambuco, Instituto Natura, United Way Brasil, Rede Nacional pela Primeira Infância, IBOPE inteligência, Grupo de Institutos Fundações e Empresas, Frente Parlamentar da Primeira Infância, Movimento pela Base Nacional Comum, Governo do Ceará, Ministério de Desenvolvimento Social, Todos Pela Educação, Instituto Dynamo, Observatório do PNE, Editora Abril, Universidade de São Paulo, Instituto Porvir, OS-Santa Catarina, Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social, Sabará - Hospital Infantil, FGV EBAPE, Federação das Indústrias de São Paulo, Fundação Carlos Chagas, IPA Brasil, Governo do estado do Rio Grande do Sul, Fundação Lemann, FAPESP, Editora Globo, Ministério da Educação, Apae SP, Tribunal de Justiça de São Paulo, Sociedade Brasileira de Pediatria, Governo de São Paulo, Universidade Federal de Pelotas, taú Social, Sonho Grande Instituto, Conviva Educação, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, Universidade Federal do Ceará, Alana, Ministério da Saúde, Insper, Instituto ABCD, Associação de Jornalistas de Educação, Fundação José Luiz Egydio Setúbal, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, ABMP.	44
Estados Unidos da América	Banco Interamericano de Desenvolvimento, <i>University of Nebraska, Teachers College/Columbia University, Dart Center – for journalism & trauma, International Center for Journalists, Harvard University</i> , Microsoft, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento,, <i>Center on the Developing Child/Harvard University, Open Society Foundations, Banco Mundial, Google, El Diálogo/The Dialogo</i>	11
África do Sul	<i>Centers for Learning on Evaluation and Results/</i> Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para o Brasil e África Lusofona	1
Argentina	<i>Fundación FEMSA, CIPPEC</i>	2
Canadá	<i>Grand Challenges Canada</i>	1
Uruguai	Reduca	1
Holanda	<i>Bernard van Leer foundation</i>	1
França	Danone	1
TOTAL		62

Fonte: organizado pelas autoras da FMCSV (<https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/a-fundacao/acordos-cooperacao-tecnica/>), outubro de 2019.



Segundo Queiroz (2017), diretor-presidente da Fundação em 2017, a qualidade na educação infantil é uma das prioridades, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Para tanto, desde 2007 já se tratava de qualidade, especialmente, no que se refere ao “Desenvolvimento da Primeira Infância”. Observa-se assim o alinhamento da FMCSV com outras organizações vinculadas a ONU, como o Banco Mundial, ao direcionar: “as intervenções Desenvolvimento na Primeira Infância (DPI) são essenciais para o crescimento e desenvolvimento infantil. Os retornos de tais intervenções também tendem a ser mais elevados do que os retornos de investimentos em capital humano feitos mais tarde na vida” (COSTIN; BANERJI; EVANS, 2014, p. 4, grifos nossos).

A Fundação vem desenvolvendo estudos, projetos, documentários e formação para professores. Foi articuladora do “Programa Criança Feliz”, lançado pelo Governo de Michel Temer, ainda em 2016 e atua junto à Comissão de Educação no Congresso Nacional brasileiro, com participação na construção do Marco Legal pela Primeira Infância, atual Lei n.º 13.257 de 8 de março de 2016, aprovada sem ressalvas em março de 2016, por iniciativa de parlamentares que frequentaram os cursos do Programa de Liderança Executiva, do Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI), que possui a FMCSV como um de seus principais parceiros.

3.1 Projetos de Cooperação Técnica

A FMCSV tem exercido protagonismo em relação à definição de políticas de atendimento à criança, sobretudo de zero a três anos. Sobre os acordos de cooperação técnica, o quadro 1 identifica os acordos de cooperação técnica estabelecidos no Brasil com foco na primeira infância.

Quadro 1 - Cooperação técnica entre administração pública e A FMCSV

Órgão da administração pública	Início	Descrição do objeto da parceria
Prefeitura Municipal de Boa Vista (RR)	2018	Cooperação para o desenvolvimento de iniciativas conjuntas no âmbito da qualidade dos serviços promotores da parentalidade e da educação infantil, com vistas ao desenvolvimento da primeira infância.
Ministério do Desenvolvimento Social	2018	Obrigações recíprocas visando à cooperação técnica entre os partícipes para fomentar a implementação em até dois municípios brasileiros, em caráter de pesquisa no âmbito do Programa Criança Feliz (PCF), da metodologia de fortalecimento parental e de desenvolvimento infantil de Programa de Visita Domiciliar originário da Jamaica,



		estando desde logo definido como primeiro campo de pesquisa o Município de Boa Vista, no âmbito do projeto aprovado pelo Programa <i>Saving Brains/Transition to Scale</i> .
Prefeitura Municipal de São Paulo (SP)	2018	Obrigações recíprocas visando à realização de ações relacionadas à Política Municipal Integrada para a Primeira Infância do Município de São Paulo.
Prefeitura Municipal de Sobral (CE)	2019	Realização de ações relacionadas ao Plano Municipal para a Primeira Infância do Município de Sobral, em atenção às diretrizes previstas na Lei Municipal 1499/2015.

Fonte: organizado pelas autoras a partir da FMCSV (<https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/a-fundacao/acordos-cooperacao-tecnica/>), 2019.

Dois documentos explicitam a forma de organização dos Acordos. No Acordo de Cooperação Técnica, processo SEI nº 6011.2018/0001778-9, entre o Município de São Paulo e a FMCSV, para “Política Municipal Integrada para a Primeira Infância” (PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, 2018, p. 3), com “[...] apoio técnico ao processo de elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, assim como o planejamento e a implementação de possíveis ações futuras da administração municipal, que visem o atendimento integrado da primeira infância” (PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, 2018, p. 3), é possível identificar múltiplas iniciativas para “monitorar e avaliar, em conjunto, os projetos” e “indicar pessoas encarregadas para, em trabalho conjunto, identificar as oportunidades e iniciativas de cooperação” (PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, 2018, p. 4). O acordo destaca que a execução dos projetos é responsabilidade de cada parte, de forma individual e não solidária. Aqui, a FMCSV é tratada como fundação familiar na promoção do desenvolvimento da primeira infância.

Em relação ao Convênio com a Prefeitura Municipal de Sobral (CE), a Fundação divulgou o “termo de referência para a contratação de consultoria para condução do planejamento estratégico do estado do Ceará”, a fim de “melhorar o acesso e qualidade da educação infantil e serviços de parentalidade, sensibilizar a sociedade sobre a importância do tema e ter métricas de avaliação [...] que promovam transparência e orientem os gestores em seus processos de tomada de decisão”. No documento, a FMCSV declara como objetivo das parcerias estabelecidas: “[...] ampliar impactos e alavancar resultados. É dessa forma que atuamos, porque nossa razão de existir é desenvolver a criança para desenvolver a sociedade” (FMCSV, 2019, p. 2).

Análise dos convênios estabelecidos pela fundação permite cotejar sua ação no âmbito da “privatização acobertada” (BALL; YOUDELL, 2007) que, nos

Revista Educere Et Educare, Vol. 15, N. 37 (2020) Out/Dez. 2020. Ahead of Print.

DOI: 10.17648/educare.v15i37.23967



processos institucionalizados juridicamente nos convênios, atuam dentro do modelo exógeno. A privatização “exógena” é definida pelos autores como aquela que envolve a abertura dos serviços públicos de educação ao setor privado por meio de acordos com base no benefício econômico e uso do setor privado na concepção, gestão ou prestação de diferentes aspectos da educação pública, e, portanto, da incorporação do setor privado nos centros públicos de educação.

Além de colaborar no conteúdo da política e estimular ações, também atua diretamente na execução de ações acordadas com o poder público. Apesar dos acordos não possuírem transferência de recursos entre as partes, o poder público, ao realizar esses acordos, fomenta projetos idealizados pelo setor privado, o qual emprega aspectos culturais e gerenciais de mercado aos sistemas educacionais (CROSO; MAGALHÃES, 2016).

A FMCSV possui um extenso acervo de documentos orientadores de práticas e políticas, com base no qual apresentamos, na próxima parte do texto, a produção intelectual da Fundação sobre qualidade para as creches e pré-escolas do Brasil. Mapeamos as produções que promovem, diretamente, orientações sobre como organizar ações de qualidade para a Infância e Educação Infantil.

3.2 Levantamento de Documentos

O acervo que integra a FMCSV é disponível no sítio eletrônico¹, organizado como portal. Procuramos pelo descritor “qualidade”, que acusou 106 resultados em temas que se vinculam à Cultura (2), Brincar (2), Avaliação (3), Política Pública (4), Desenvolvimento Infantil (5), Social (6), Legislação (6), Aprendizagem (10), Ciência (11), Família (14), Saúde (15), Educação Infantil (15), Comunicação (22), Boas Práticas (24).

Metodologicamente, selecionamos por filtros os documentos de Avaliação, Política Pública, Legislação, Família, Educação Infantil e Boas Práticas, totalizando 75 documentos. Essa escolha se deu pela incidência da atuação da Fundação em produções orientadores de política, cooperação com municípios em

¹ <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/>



ações educativas, bem como estudos aprofundados, alguns comparativos, sobre boas práticas de qualidade para a Educação Infantil e Infância.

Após leitura dos títulos e apresentação dos escritos, 25 documentos foram novamente filtrados. Destes, organizamos no quadro 2 aqueles que se vinculam e empregam uma concepção de organização de qualidade da educação infantil dentro da organização para a política educacional, elaborados pela FMCSV.

Quadro 2 – Documentos sobre qualidade e influência na organização e na política educacional formulados pela FMCSV

Título/ ano	Autores/Org.	Principais encaminhamentos
Intensificando o desenvolvimento da primeira infância: investindo na primeira infância com grandes retornos (2014)	Elaborado pelos autores da Rede de Desenvolvimento Humano do Banco Mundial, sob a orientação de Harry Patrinos Elizabeth King bem como Claudia Costin, Arup Banerji e Timothy Grant Evans, contou com o fomento do BM, da FMCSV e Children's Investment Fund Foundation.	O documento tem como escopo o Investimento na primeira infância visando grandes retornos. Para tanto, apresenta cinco pacotes de ações: pacote apoio à família, pacote gravidez, pacote nascimento, pacote saúde e desenvolvimento infantil e pacote pré-escola. Esses pacotes advêm de um processo multidimensional e sequencial, proporcionando um alto retorno e gerando impactos positivos no crescimento e desenvolvimento da criança. Posteriormente, apresenta os princípios da política DPI e realiza um diagnóstico para estabelecer uma estratégia global abrangente, no sentido de coordenar, implementar e integrar serviços para alcançar sinergias e reduções de custo.
Educação infantil em debate: a experiência de Portugal e a realidade brasileira (2014)	Elaborado pela Fundação Itaú Social e FMCSV, com cooperação técnica do CECIP e apoio do Unicef.	Buscou provocar uma reflexão sobre como promover a Educação Infantil no Brasil com qualidade, a partir da análise da experiência de Portugal, que se destaca entre os países da OCDE pelos esforços de ampliação do acesso a creche e pré-escola. O estudo aponta sugestões para: organização da gestão; Fontes de financiamento. Formação e identidade profissional; Estruturação do currículo; Sistemas de avaliação; Participação da sociedade civil; Expansão da cobertura; A experiência portuguesa e sua contribuição para o Brasil.
Desenvolvimento integral na primeira infância: agenda de ações para a América Latina (2015)	TPE, FMCSV e Diálogo interamericano	Propõe cinco temas, objetivos centrais para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância – Dipi, na região da América Latina, sendo estes: gerar processos participativos com enfoque nos direitos a partir de metas e indicadores (Tema 1); institucionalizar mecanismos centrais por meio de política nacional (Tema 2), fortalecer a gestão com integração dos serviços locais e nas famílias (Tema 3); criar uma coalizão sociopolítica entre governo e cidadãos (Tema 4); e, efetivar uma gestão do conhecimento sobre Dipi (Tema 5).
Políticas Públicas de Desenvolvimento Infantil na América Latina: levantamento e análise de	TPE, FMCSV e Diálogo interamericano, Carolina Aulicino (Unicef – Argentina) e Gala Díaz Langou (Cippec)	Organizada como agenda coletiva, objetivou promover um estudo sobre ações de desenvolvimento integral da primeira infância na América Latina, uma vez que “[...] priorizar a primeira infância é a melhor decisão que um país pode tomar: é um dos investimentos com maior retorno e permite atingir, ao mesmo tempo,

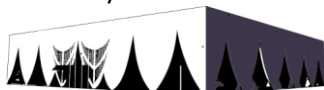


experiências (2015)		objetivos de equidade e eficiência” (TPE; FMCSV, 2015, p. 3).
Bases Curriculares Internacionais para a Educação Infantil (2016)	Publicação da FMCSV, resultado de parceria com o Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Equidad y el Crecimiento (CIPPEC).	Realiza um estudo comparativo com finalidade de finalidade garantir uma diversidade de estudos de caso em relação às intenções reguladoras das bases, entre Canadá (Ontário), Chile, Escócia, França, Nova Zelândia, Portugal, Singapura e Suécia. Relaciona presença de casos latino-americanos no conjunto. Tendo isso em vista, foram retirados os casos da França e de Portugal e acrescentado o estudo da Argentina. Desse modo, o documento relata a análise das bases curriculares de sete países: Argentina, Canadá (Ontário), Chile, Escócia, Nova Zelândia, Singapura e Suécia, a fim de criar novos instrumentos curriculares; bem como oferecer qualidade da política de educação infantil em casos que oferecessem uma proposta de qualidade.
Empreendedorismo e negócios de impacto social para a Primeira Infância (2016)	Iniciativa da FMCSV, elaborada com a colaboração da Artemisia e da Danone Early Life Nutrition Brasil	Tem por objetivo de apoiar empreendedores interessados em desenvolver negócios de impacto para a Primeira Infância. Trata que empreender um negócio de impacto social para a Primeira Infância pressupõe conhecer as características e demandas típicas deste período da vida e também daqueles que estão envolvidos com a criança – sobretudo pais, familiares, cuidadores e profissionais da saúde, da educação e do desenvolvimento social, entre outros.
A qualidade nas políticas para a promoção do desenvolvimento na Primeira Infância (2016)	TPE e FMCSV	Apresentou definições de qualidade no desenvolvimento infantil e explicitou como obter qualidade para garantir o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância (Dipi) na América Latina. O documento teve como participantes um total de 11 países, 30 pessoas, dentre estes, gestores públicos, especialistas e representantes da sociedade civil organizada.
Primeiríssima Infância – Creche: necessidades e interesses de famílias e crianças (2017)	Pesquisa realizada em parceria com o Ibope Inteligência.	Por meio de uma pesquisa quali-quantitativa, visou mapear as necessidades e os interesses das famílias em relação ao atendimento em educação de crianças de 0 a 3 anos – a chamada primeiríssima infância. Apresenta que a pesquisa buscou representar a diversidade que existe em torno da demanda por creches no Brasil, contudo, demonstra o perfil socioeconômico das crianças e suas famílias.
BNCC na Educação Infantil – orientações para gestores municipais sobre a implementação dos currículos baseados na Base em creches e pré-escolas (2019)	Realização do Movimento pela Base Nacional Comum Curricular, em parceria com o (CEIPE), da Fundação Getúlio Vargas, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e a FMCSV	É um documento organizado para dirigentes e gestores municipais, enquanto um Guia de Implementação da BNCC no âmbito da educação infantil, do planejamento, formação dos professores, currículo e proposta avaliativa. Enquanto um material de apoio aos municípios, é organizado em quatro momentos, quais sejam: especificidades da BNCC para a educação infantil; Currículos alinhados à BNCC; Revisão dos Projetos Políticos Pedagógicos e Formação Continuada (planejamento e temas).

Fonte: organizado pelas autoras a partir de FMCSV e TPE (www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/?page=1&q=qualidade&s=qualidade); (www.todospelaeducacao.org.br/conteudos/estudos-e-pesquisas), 2019.

Revista Educere Et Educare, Vol. 15, N. 37 (2020) Out/Dez. 2020. Ahead of Print.

DOI: 10.17648/educare.v15i37.23967



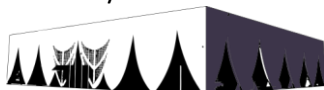
A partir dos dados explicitados no Quadro 3 buscamos examinar as orientações para a qualidade do atendimento à Infância no Brasil. Observamos uma estrita relação entre qualidade e eficiência, a partir da noção de governança e capital humano, ao orientar que é preciso não somente investir mais na infância, mas também investir melhor, de forma a atender os interesses dos negócios e das famílias (TPE; FMCSV, 2015).

Para além da agenda econômica, a noção de qualidade é apresentada dentro da agenda global, por meio de boas práticas de outros países, tomando como centralidade a noção intersetorial (saúde, educação infantil e assistência social) e outros arranjos educativos para o acesso das crianças à escola, enfaticamente aquelas que denominam como “primeiríssima infância” de zero a três anos.

3.3 Boas práticas de e para qualidade: o receituário da FMCSV

Nesta última parte do texto, selecionamos para análise dois documentos que apresentam como principal pauta a lógica econômica, quais sejam: “Empreendedorismo e negócios de impacto social para a Primeira Infância” (FMCSV; 2016) e “Primeiríssima Infância – Creche: necessidades e interesses de famílias e crianças” (FMCSV; 2017). Ambos documentos foram selecionados pela sua capacidade de argumentação sobre: para que, como e porque investir em atividades de qualidade na educação infantil brasileira, enquanto etapa que muito a ter de ser feito.

O documento “Empreendedorismo e negócios de impacto social para a Primeira Infância”, apresenta um estudo de viés explicitamente economicista, que considera a primeira infância enquanto um ramo para “negócios de impacto” (FMCSV, 2016, p. 9), voltados à: “**Negócios de impacto social:** empresas que oferecem, de forma intencional, soluções escalavam para problemas sociais” (FMCSV, 2016, p. 14, grifo nosso) e “**Investimentos de impacto:** investimentos feitos em empresas, organizações e fundos com a intenção de gerar impacto social e ambiental e também retorno financeiro” (FMCSV, 2016, p. 14, grifo nosso).



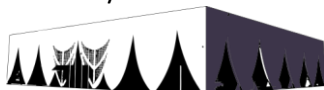
Para tanto, a Fundação incentiva investimentos com Foco nas famílias de baixa renda em Negócios desenhados de acordo com as necessidades e características dessa população (classes sociais C, D e E). Para que isso se faça é preciso:

Intencionalidade – Negócios que possuem a missão explícita de causar impacto social e são geridos por empreendedores éticos e responsáveis. **Potencial de escala** – Podem ampliar o alcance por meio da expansão do próprio negócio. **Rentabilidade** – Possuem um modelo robusto que garante a rentabilidade sem depender de doações ou subsídios. **Impacto social relacionado à atividade principal** – O produto ou serviço gera impacto social, ou seja, não se trata de um projeto ou iniciativa separada do negócio, e sim de sua atividade principal. **Distribuição ou não de dividendos** – O negócio pode ou não distribuir dividendos a acionistas, não sendo este o critério para definir negócios de impacto social (FMCSV, 2016, 10).

A Fundação demonstra compreender a Primeira Infância como uma janela de oportunidade para o desenvolvimento do capital humano. Para tanto, destaca que os investimentos de impacto desafiam a visão clássica de que problemas sociais e ambientais deve ser alvo de atenção apenas de institutos ou fundações filantrópicas, em localidades onde a atuação dos governos é insuficiente, e de que o mercado de investimentos deve focar-se, exclusivamente, em alcançar resultados financeiros (FMCSV, 2016). Já é possível observar que os investimentos de impacto são orientados, pela Fundação, como uma oportunidade relevante, podendo “integrar o portfólio de investimentos de bancos, fundos de pensão, seguradoras, administradores de fortunas, fundações familiares e empresariais e investidores individuais. Neste último grupo figuram os chamados investidores-anjo, que apoiam negócios por meio de capital semente²” (FMCSV, 2016. 13).

Ainda nesse documento, Capital humano é definido como um conjunto de características individuais – como habilidades cognitivas e não cognitivas, estado de saúde e destreza – que determinam, juntamente com variáveis de contexto, os níveis de bem-estar dos indivíduos em suas diversas dimensões (salário e inserção no mercado de trabalho, envolvimento com violência e criminalidade, vícios e longevidade e estabilidade familiar, entre outros). Nesse sentido, as ações a serem “investidas” são pensadas como oportunidades de lucro imediato – pela

² De acordo com Torres (2008) Capital semente é um modelo de financiamento dirigido a projetos empresariais em estágio inicial ou estágio zero, em fase de projeto e desenvolvimento, antes da instalação do negócio.



característica do negócio de impacto na infância – e futuro – pela mão de obra futura.

Sobre oportunidades de negócio para a Educação da Primeira Infância, a Fundação destaca possibilidades na formação de professores, infraestrutura para escolas, brinquedos, aplicativos ou ferramentas voltadas à gestão, organização de espaços filantrópicos pela quantidade de crianças fora da escola:

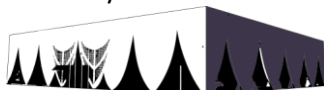
Educação: Modelos pedagógicos para creches e pré-escolas com enfoque no desenvolvimento infantil; Creches e pré-escolas de qualidade com baixo custo. Produção de mobiliário adequado e de baixo custo para berçários, creches e pré-escolas; Qualificação de profissionais da educação infantil – módulos presenciais e a distância; Desenvolvimento de projeto arquitetônico para creches e pré-escolas públicas e/ou conveniadas, atentando para as características de cada região; Soluções para espaços lúdicos, com qualidade e baixo custo, para creches e pré-escolas; Produção de brinquedos para bebês e crianças até seis anos. Soluções que garantam a segurança da criança em creches e pré-escolas; aplicativos com atividades para promover maior aproximação dos pais à vida escolar; aplicativos ou ferramentas voltadas à gestão de creches e pré-escolas; Soluções que registrem o histórico de cada criança, de modo a otimizar os dados sobre ela e a favorecer o acompanhamento da evolução da sua vida escolar (FMCSV, 2016. 56).

Ao disseminar práticas para a Infância, sobretudo de zero a três anos, o último documento selecionado para análise “Primeiríssima infância – creche: necessidades e interesses de famílias e crianças” (2017), apresenta elementos fundamentais sobre o que é orientado para as políticas e organização da gestão para a educação da criança pequena no Brasil.

O documento apresenta dados de pesquisa realizada em Recife (PE) e São Paulo (SP) e incluiu grupo focal com adultos responsáveis por crianças entre 0 e 3 anos. Direciona três capítulos para a qualidade, quais sejam: “Um olhar sobre a qualidade”, “A questão da equidade” e “Mais creche, mais emprego”.

As orientações podem ser categorizadas, segundo o próprio documento em “Recomendações ao gestor” (FMCSV, 2017, p. 82):

Intersetorialidade e otimização de recursos - A intensidade do adoecimento das crianças de creche precisa ser enfrentada com um trabalho integrado entre saúde e educação. As questões ligadas à vulnerabilidade das famílias exigem a aproximação com a assistência social. Além de uma visão integrada, o serviço de creche pede a otimização dos recursos dessas três áreas. Proximidade frutífera - Além de reverter em benefícios diretos para a criança, a interação da creche com a família aumenta o nível de conhecimento da família sobre a creche e vice-versa. É um caminho no qual vale a pena investir, pois ele também aprimora a percepção de todos sobre vantagens e desvantagens da creche, com reflexos na qualidade do atendimento. Formação continuada - À parte a formação inicial, é a



formação continuada que mantém o compromisso com o atendimento de qualidade no dia a dia da creche. Investir nisso e numa cadeia de formação para a creche – supervisores da secretaria de Educação fazem a formação dos coordenadores pedagógicos das escolas, que fazem a formação dos professores.

Para que isso aconteça, de acordo com a Fundação, é preciso “investimento seguro” (FMCSV, 2017, p. 86), com equidade, retomando o estudo do economista norte-americano James Heckman, vencedor do Prêmio Nobel em 2000, que “boas intervenções educacionais nessa fase da vida geram retorno não só para o indivíduo, mas para toda a sociedade”. Explicita que tal retorno pode assumir a forma de maiores salários, melhores indicadores de saúde, estabilidade familiar, desempenho escolar futuro e menor envolvimento com violência, que, a curva produzida por Heckman deve ser considerada ao se organizar políticas e programas, pois “programas educacionais para as crianças da primeiríssima infância é um ótimo investimento”, utilizando, nesse sentido, com o conceito de capital humano.

Os documentos analisados de autoria da FMCSV são reveladores ao demarcar as intencionalidades que incidem na Educação Básica pública, engendradas por meio do terceiro setor. Para além a qualidade por meio de “boas práticas”, demonstram, por meio de um receituário, porque, para que e como investir em negócios para a primeira infância. Essas intencionalidades convergem não com a preocupação com a qualidade do atendimento educativo que será oferecido, no sentido da maximização do direito, nem com o nível de formação dos que estiverem envolvidos em sua consecução, mas com os enunciados de implementação das parcerias público-privadas para a oferta das políticas sociais focalizadas, com objetivo de lucro, contrapondo a toda discussão levantada sobre a maximização do conceito de qualidade do Direito à Educação Infantil.

Ao analisarmos os documentos da FMCSV, observamos a convergência entre documentos de Organismos Internacionais sociais e econômicos, no sentido de atrelar a educação ao crescimento econômico, à focalização na oferta da Educação Infantil para os mais pobres, e, sobretudo, no que se refere ao indicativo das parceiras, tanto para a oferta da Educação Infantil principalmente de 0 a 3 anos. Nesse sentido, Bortot (2018) demonstra que o protagonismo de ações para a Primeira Infância por meio das parcerias é uma tendência global, orientada pelos Organismos Internacionais aos países signatários, como é o caso



do Brasil, com ações de equidade, formas de atendimento diversas e parcerias fortes e multifacetadas.

Quadro 3 - Conceitos sobre equidade, atendimento e parcerias extraídos de documentos de organismos internacionais

EQUIDADE	ATENDIMENTO	PARCERIAS FORTES E MULTIFACETADAS
ECPI para os mais vulneráveis e desfavorecidos; Programas inovadores que ofereçam incentivos as famílias de baixa renda; Educação é um subsídio direto para as famílias pobres; Foco em crianças em áreas mais vulneráveis e extremamente pobres; Programas focalizados envolvendo crianças e famílias.	Intersetorial – saúde, nutrição e primeira infância; Complementaridade ou não do formal e não formal; Conveniamento; Descentralização; Programas de educação de crianças e famílias; Modalidade de atendimento diversas; Atendimento voltado para a Eficiência, Eficácia e Equidade; Público e privado.	Cooperação Internacional; Participação de toda a sociedade; Criação de mecanismos flexíveis para assegurar múltiplos atores e atores; Colaboração entre agências governamentais e não governamentais; Governança; Política intergerencial – governo e setor privado como participe e cofinanciador; Parcerias governamentais com OIs, agências doadoras, ONGS para gerar capital-semente e Projeto de cooperação técnica; Fortalecimento ao conveniamento e OS; Educação enquanto empreitada social compartilhada; Terceiro setor.

Fonte: Bortot (2018).

Compreendemos que a atuação do terceiro setor não se dá meramente pela execução direta das atividades, mas também ocorre pela abertura de espaços na definição das políticas que são implementadas. Desse modo, um dos passos em direção à constituição das parcerias e sua consolidação por meio de legislações específicas ocorre com a abertura da interlocução privilegiada oferecida entre sociedade civil organizada, sobretudo o empresariamento social e Organismos Internacionais pela disseminação de documentos, convênios, parcerias com o Estado. Contudo, ao pensar a qualidade dentro de oportunidades de lucro e prioritariamente de oportunidades de capital humano, as ações geram pouca efetividade e muita instabilidade (ADRIÃO, et. al., 2015).

Aferimos que as enunciações na produção de intencionalidades a partir de uma lógica privada na educação pública e a incidência dos atores empresariais na gestão da política educacional, em detrimento dos mecanismos de participação democrática e do fortalecimento de atores comprometidos com a qualidade da educação, enfraquece a estruturação de sistemas públicos de educação de qualidade.



Aferimos que as intencionalidades da endoprivatização seguem, tendencialmente, à exoprivatização (BALL; YOUDELL, 2007) na Educação Infantil, alinhadas, ainda, com as orientações dos organismos multilaterais, essas ações estão direta e indiretamente relacionadas à procura e criação de novas oportunidades de lucro. A realizada sob o modelo endógeno se dá pela mudança de aspectos culturais e gerenciais dos sistemas educacionais, enquanto o modelo exógeno, em que são delegados de modo direto ao setor privado, a tutela de gestão dos sistemas educativos, por meio de parcerias público-privadas. Ambas podem ser operacionalizadas ao mesmo tempo sobre um mesmo sistema educacional (CROSO; MAGALHÃES, 2016).

Nesse sentido, os parceiros e as parcerias integram as redes de políticas, caracterizadas enquanto conjuntos de vínculos institucionais e formais entre governos e outros atores, estruturados em torno de interesses compartilhados, na formulação e implementação de políticas públicas. Esses atores são interdependentes e, enfaticamente, nos últimos anos, as políticas emergem das interações simbióticas entre eles (RHODES, 2006).

A consolidação de parcerias público-privadas, cujo mote é alcançar a qualidade para educação infantil, os grupos ligados ao Terceiro Setor e ao Empresariado Social, “[...] Dispõem de canais importantes para construir o senso comum e o repertório de argumentos para apoiar decisões político” (ROSEMBERG, 2002, p.30) como observado pela disseminação de documentos, consensos, programas e convênios, sejam eles na forma de gestão ou por formas de atendimento, na educação.

As diferentes formas de privatização da educação infantil brasileira apontam para uma forma organizativa do capital e se realiza pelo imbricamento de entes de natureza pública e privada, tanto individuais quanto coletivos, de modo a hibridizar elementos de “governo-burocracias, mercados e redes” (BALL, 2018, p. 3). A capacidade organizativa destas redes vem fomentando a produção de uma política educacional realizada sob novos espaços e por meio da participação de novos atores. Este fenômeno ocorre não apenas pela forma organizativa dos agentes que nela atuam, mas pela adoção de determinadas *normas, valores e técnicas* (VERGER, 2012) vinculados à lógica de eficiência empresarial, do que fazer para que o capital se desenvolva de forma eficaz por



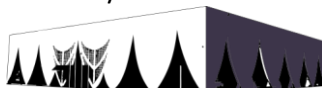
meio de ações na Educação Infantil, que passa a ser atribuída ao modo de produção e execução da política educacional como oportunidade de investimento e lucro, diferentemente do conceito de qualidade em seu sentido máximo, em todas as dimensões do direito na/da educação infantil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui apresentado evidencia um movimento crescente de acreditação da qualidade das instituições de educação infantil sob a influência e a determinação de organizações privadas. Tais organizações, para além de influenciarem nas políticas e, muitas vezes, orientá-las e operacionalizá-las, como visto, assumem-se como um novo mecanismo regulador (HARVEY, 2008), implicando no "desenvolvimento de uma nova esfera de poder inteiramente dedicada aos fins privados, e não aos sociais" (WOOD, p. 36, 2003), em que o termo fazer político está ligado, sob nova roupagem, ao fazer econômico, por meio do empresariado social, em uma agenda de descentralização, influência ideológica e privatização dos serviços públicos da educação.

A FMCSV destaca-se entre os grupos empresariais envolvidos nas discussões sobre educação, envolvendo esse que não se dá, meramente, pela execução direta das atividades de atendimento, mas essencialmente por orientações aos setores públicos e privados em relação à qualidade e lucratividade de segmentos educacionais, como a educação infantil. Consideramos que tal fato representa a abertura da interlocução privilegiada oferecida não a todos, mas, aos grupos que representam as elites.

Tais grupos vêm atuando de forma endógena e exógena nos sistemas de ensino, organização de leis, currículos, discussões, produção de material. Nesse segmento, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal tem sido grande articuladora na formação de parcerias entre o público e o privado para designar políticas públicas para a primeira infância brasileira, sobretudo, a educação de zero a três anos. Atuam dentro da elaboração das políticas por meio de convênios, orientam práticas, têm grande influência na articulação em rede, promovem estudos comparativos para uma nova organização da etapa, distante do debate ampliado sobre qualidade, bem como organizam receituários de como criar negócios de impacto na área da educação para as crianças pequenas.



Ao apontar estratégias para uma Educação Infantil de qualidade, identifica-se forte relação com a eficiência e a eficácia dos gastos, o que converge não com a preocupação da qualidade do atendimento educativo que será oferecido, mas com os enunciados de implementação das parcerias público-privadas para a oferta das políticas sociais focalizadas e precarizadas, pautadas na produção de capital humano com medidas de baixo custo.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; et. al. **Sistemas de Ensino Privado na Educação Pública Brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação.** Relatório de Pesquisa. GREPPE, Ação Educativa. 2015.

BALL, S. Política Educacional Global: reforma e lucro. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos em Política Educativa (RELEPE)**. V. 3, p.1-15, 2018.

BALL, S.; YODELL, D. Privatización encubierta en la educación pública, **Internacional de la Educación, V Congreso Mundial**. 2007.

BORTOT, C. M **Atores e autores de políticas para a Educação Infantil de zero a três anos no Brasil: transformação do estado e das suas relações com a sociedade civil (2000-2015)**. 255f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2018.

BORÓN, A. **Capitalismo y Democracia em América Latina**. 2. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). **Parecer CNE/CEB nº 8, aprovado em 5 de maio de 2010**. Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei no 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública. 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 out. 1988.

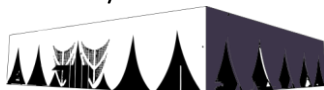
BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Emenda Constitucional nº 59/2009**. Brasília, DF: Constituição da República Federativa do Brasil, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Federal 9.394**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 23 dez. 1996.

BRESSER PEREIRA, L. C. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. K. (Orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7 ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora FGV, 2006.

COSTIN, C.; BANERJI, A.; EVANS, T. G. Prefácio. In: DENBOBA, A. D.; SAYRE, R. K.; WODON, Q. T; ELDER, L. K.; RAWLINGS, L. B; LOMBARDI, J. **Intensificando o**



desenvolvimento da primeira infância: Investindo na primeira infância com grandes retornos. World Bank Group; FMCSV; CIFF, 2014.

CURY, C. R. J. A qualidade da educação brasileira como direito. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p.1053-1066, out. 2014.

FMCSV. **A Fundação**. 2019. Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/a-fundacao/>. Acesso em: 10/11/19.

FMCSV. **Empreendedorismo e negócios de impacto social para a Primeira Infância**. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; coordenação Sandra Mara Costa - São Paulo: FMCSV, 2016.

FMCSV. **Primeiríssima Infância – Creche:** necessidades e interesses de famílias e crianças. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; coordenação Sandra Mara Costa - São Paulo: FMCSV, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; coordenação Sandra Mara Costa - São Paulo: FMCSV, 2017.

GROSO, C.; MAGALHÃES, G. M. Privatização da Educação América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. **Educação e Sociedade**, v. 37, nº 134, p. 17-33, jan-mar., 2016.

INEP. **Número de matrículas na Educação Infantil cresceu 11,1% de 2014 a 2018**. 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-escolar-numero-de-matriculas-na-educacao-infantil-cresceu-11-1-de-2014-a-2018/21206. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

HARVEY, D. **O neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

KRAWCZYK, N. R. **O ensino médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2009.

PERONI, V. M.; OLIVEIRA, R. T. C.; FERNANDES, M. D. Estado e Terceiro Setor: As novas Regulações entre o Público e o Privado na Gestão da Educação Básica Brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 761-778, 2009.

PIRES, D. O. In: O histórico da relação público-privado e a formação do Estado Nacional: implicações para a constituição da esfera pública. In: PERONI, V. M. V. (Org.). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. 1ed. São Leopoldo: Oikos, 2015, v. 1, p. 35-51.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Acordo de cooperação técnica que entre si celebram o Município de São Paulo e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal para o fim que específica**. Publicado em 13 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/Acordo_Cooperacao_FundMariaCecilia.pdf. Acesso em: 10/11/19.

RHODES, R. A.W. Policy Network Analysis. In: MORAN, M.; REIN, M.; GOODIN, R. E. **The oxford handbook of Public Policy**. Oxford University Press (maker): 2006, p. 425-447.

ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, Estado e políticas de Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, 6/ 32, março, 2002.



SANDRI, S. **Relação público-privado no contexto do Ensino Médio brasileiro**: em disputa a formação dos jovens e a gestão da escola pública. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SHIROMA, E. O. O Estado como cliente: interesses empresariais na coprodução da inspeção escolar. **Trabalho Necessário**, v. 22, p. 57-79, 2015.

SHIROMA, E. O. Redes sociais e hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: AZEVEDO, M. L. N.; LARA, A. M. B (Org.). **Políticas para a Educação**: análises e apontamentos. Maringá: Eduem, 2011, p. 15-38.

TORRES, F. Mais investimentos na indústria de capital semente. **Inovação em Pauta**, 4. ed. 2008, p. 13-15.

TPE; FMCSV. A qualidade nas políticas para a promoção do desenvolvimento na Primeira Infância. **Educação em Pauta**: Educação Infantil - construindo uma agenda regional para o desenvolvimento da primeira infância. 2016.

VERGER, A. **Globalización, reformas educativas y la nueva gestión del personal docente**. Docência, sessão Política Educativa, n° 46. Maio de 2012.

XIMENES, S. B. **Direito à qualidade na educação básica**: teoria e crítica. São Paulo: QuartierLatin, 2014.

WOOD, E. M. A separação entre o ‘econômico’ e o ‘político’ no capitalismo. In: WOOD, E. M. **Democracia contra Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003.

Camila Maria Bortot é doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pedagoga pela UEM. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: camilabortot@hotmail.com

Elisângela Alves da Silva Scaff é pós-doutora e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Mestre em Educação e Pedagoga pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professora associada do Departamento de Planejamento e Administração Escolar e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR. E-mail: elis-scaff@hotmail.com

Recebido em: 31/01/2020
Aceito em: 17/04/2020

